

Destaque

Os desafios da transição energética

Angola terá de desenvolver uma estratégia nacional para a transição energética, saindo das fontes primárias de energias fósseis para as renováveis, a semelhança de outros países. A posição foi defendida recentemente pelo secretário de Estado dos Petróleos, José Barroso.

POR PAULO LONDAKA | FOTOGRAFIA ARQUIVO MERCADO



Petróleo

Equinor reforça posição

A petrolífera norueguesa Equinor, antiga Statoil, anunciou esta quarta-feira (15) o compromisso de aumentar a produção petrolífera e as parcerias com Angola, onde conta com uma produção de cerca de 120 mil barris por dia.

O responsável sublinhou durante a apresentação do relatório de actividades do Instituto Regulador de Derivados de Petróleo (IRDP) que muitos países procuram alcançar a transição energética, ou seja, a passagem de uma matriz energética focada nos combustíveis fósseis para uma com baixa ou zero emissões de carbono, baseada em fontes renováveis, sendo as energias renováveis tidas como mais baratas.

De acordo com o ministério da energia e águas, o potencial hidroeléctrico do País é vasto e o tempo de desenvolvimento dos projectos longo. Constituinte a energia hidroeléctrica a principal aposta em termos de geração e importa tomar desde já as opções para 2025 se iniciar o lançamento dos projectos, ponderando a competitividade, o desenvolvimento regional e o ambiente.

País a assumiu a transição energética como um dos principais vectores para o desenvolvimento. A aposta na produção de electricidade através de fontes de energia renovável revela-se uma opção segura

A instituição fez saber, em nota enviada esta semana, que o gás natural abre novas perspectivas ao sector e o sector abre novas perspectivas para o gás em Angola. A sua integração com a hidroelectricidade assume-se fundamental para termos um sistema seguro, mesmo em anos de seca, mas também competitivo.

A utilização de gás na produção de electricidade também em Luanda, em Benguela e no Namibe, ainda que em pequena escala, viabilizarão infra-estruturas e logística de gás para a industrialização do país.

“Cresce a necessidade de integrar a procura futura e os grandes projectos hídricos e de gás com uma rede de transporte adequada, com interligações que permitam a Angola participar no mercado regional e com a recentemente aprovada Estratégia Nacional para as Novas Energias Renováveis, respondendo às orientações e metas da Estratégia para a Segurança Energética, lê-se no documento.

De acordo com a especialista Ana Sofia Roque, Of Counsel da Fátima Freitas & Associados – membro da Miranda Alliance, o País a assumiu a transição energética como um dos principais vectores para o desenvolvimento. A aposta na produção de electricidade através de fontes de energia renovável revela-se uma opção segura para fazer face ao projectado aumento significativo das necessidades energéticas do País.

“Na verdade, as condições excepcionais de que Angola dispõe para a produção de energia hídrica (estimando-se que o potencial hidroeléctrico de Angola seja de 18GW) e, em particular, para a geração de electricidade através do calor e da luz solar (tendo sido identificados 17,3GW de potencial de geração de electricidade através de sistemas fotovoltaicos), sem esquecer o potencial eólico de algumas zonas do País, colocam Angola no centro das atenções dos investidores de todo o mundo para o desenvolvimento de projectos de produção de electricidade através de fontes de energia renovável” destaca.

Frisa que, como bem é apontado pelas autoridades do sector, um País como Angola, cuja economia foi durante muitos anos alicerçada sobre o seu potencial de produção de energias fósseis, petróleo e gás, precisa de estar na primeira linha do desenvolvimento num momento em que a transição energética se impõe mundialmente como o caminho a seguir rumo à sustentabilidade do nosso planeta.

“E Angola não é menos rica em fontes de energia renováveis do que em recursos energéticos fósseis. Importa, pois, mapear o caminho a seguir” alude. “Neste desiderato de

transição energética, o investimento privado não pode ser esquecido: é fundamental. E Angola deu já passos importantíssimos para melhorar a atractividade do País para investimentos neste sector”.

Project finance devem “bancar” centrais de produção de electricidade

Ana Sofia Roque considera que no essencial, é necessário assegurar que os projectos de investimento em centrais de produção de electricidade sejam “bancáveis”, em modelo de project finance que acomode, satisfatoriamente, os riscos do projecto de acordo com os standards internacionais.

“Aqui o esforço tem de ser recíproco: Angola terá de se aproximar das melhores práticas internacionais, sem que tal signifique descurar os seus princípios e interesses nacionais. Adequar as práticas internas, mas reconhecendo as práticas internacionais, adoptando-as e adaptando-as, sempre que o interesse nacional assim o imponha”.

Reconhece que o tempo que demora a preparação de um projecto de investimento, com a realização de estudos de viabilidade, e a posterior negociação com todas as entidades envolvidas, pode ser considerado como um factor de desincentivo, mas tal enquadramento tem, clara e gradualmente, vindo a ser melhorado.

A recente aprovação dos novos diplomas legislativos, com a densificação de minutas contratuais, bem como a disponibilização célere dos dados técnicos necessários para a estruturação dos projectos têm contribuído para um ambiente reconhecidamente mais favorável para o investidor.

Angola terá de se aproximar das melhores práticas internacionais, sem que tal signifique descurar os seus princípios e interesses nacionais. Deve adequar as práticas internas, mas reconhecendo as práticas internacionais

Ainda neste ponto a também especialista do Of Counsel da Miranda & Associados, Sara Castelo Branco, revela que do lado dos procedimentos de licenciamento dos projectos, se assistido a um esforço significativo de simplificação dos procedimentos, tendo também sido aprovada nova legislação que, a par de uma revisão global de todos os procedimentos tendencialmente aplicáveis (incluindo os de natureza ambiental), procedeu a uma organização de coordenação procedimental com relevante simplificação, imprimindo, assim, maior rapidez na obtenção das licenças relevantes.

“É, porém, fundamental que ocorram investimentos na modernização e desenvolvimento das redes de transporte e distribuição de electricidade, essenciais para a injeção da electricidade produzida em projectos conectados à rede (on grid). O risco da indisponibilidade da rede no momento da conclusão da construção de qualquer projecto, impedindo o comissionamento da central e a sua efectiva ligação e injeção de electricidade, não pode ser descurado”.

Risco de desvalorização monetária

Segundo Sara Castelo Branco, também importará considerar que alguns investidores encaram o risco de desvalorização monetária como dificilmente comportável em projectos que assentam, essencialmente, em bens importados. Aqui o equilíbrio dos interesses envolvidos nem sempre é fácil, mas diferentes configurações contratuais podem ser negociadas, tendo, também, nesta matéria sido dados passos importantes no sentido de mitigar o risco cambial.

Realça ainda que importa não esquecer as tradicionais

exigências de garantias de pagamentos que investidores não nacionais têm reclamado, muitas vezes através de garantias do Estado.

“Aqui, os ventos também são de mudança, sentindo-se cada vez mais um aumento da confiança no País e a construção de soluções criativas que confirmam a segurança necessária nestes projectos”.

Importa não esquecer as tradicionais exigências de garantias de pagamentos que investidores não nacionais têm reclamado, muitas vezes através de garantias do Estado

Perspectiva que Angola poderá, pois, também nesta área, ser o motor e o farol de desenvolvimento na África Subsaariana, mostrando, com o seu exemplo, a evolução de uma economia assente nas energias fósseis para uma economia focada nas energias renováveis, através de uma transição suave, sem pôr em causa o ritmo e a celeridade que é preciso imprimir neste processo de desenvolvimento de grande importância para o desenvolvimento do País.

O cross selling nas Energias Renováveis

Para Renato Guerra de Almeida, Associado Coordenador da Miranda & Associados, o Governo angolano tem vindo a procurar criar um “cross selling” com a aprovação de legislação destinada a promover o desenvolvimento do sector das energias renováveis. O termo cross selling ou venda cruzada, popularizado no sector da banca, refere-se à oferta de um produto /serviço complementar àquele que o cliente adquiriu e é cada vez mais uma realidade também no sector das energias renováveis. O seu sucesso depende, porém, de condições de mercado atractivas.

“Falamos do novo Regulamento das Actividades de Produção, Transporte, Distribuição e Comercialização de Energia Eléctrica (“Regulamento”), bem como da mais dis-

O que é transição energética?

A transição energética, também chamada de transição ecológica por alguns, é uma mudança estrutural que propõe uma transformação na maneira de produzir e consumir energia para um novo sistema. Um conceito que actua com o propósito de substituir a utilização de fontes finitas e prejudiciais ao meio ambiente, como os combustíveis fósseis, por fontes renováveis, como a solar, biogás e eólica. Entre seus objectivos está a redução de custos e consumo, diminuição do carbono e a melhoria da infra-estrutura de energia para toda a população mundial. Essas mudanças são indispensáveis para atingir positivamente às necessidades humanas e diminuir problemas climáticos como o efeito estufa. Um sistema ideal com a transição energética engloba questões como: a produção de electricidade mais descentralizada; eficiência energética e menos desperdício; maior segurança de abastecimento para os países e novas tecnologias.

Fonte: origoenergia.com

Destaque

Energia Eléctrica (“Regulamento”), bem como da mais discreta – mas não menos relevante – aprovação de medidas tendentes a aferir da viabilidade da instalação de sistemas híbridos que combinam a geração fotovoltaica de electricidade com o armazenamento da energia produzida através de sistemas de baterias de ião-lítio”.

A aprovação do Regulamento, através do Decreto Presidencial nº 76/21, constitui uma novidade há muito reclamada, designadamente pelo facto de algumas das alterações introduzidas possibilitarem a criação de condições mais favoráveis à “bancabilidade” deste tipo de projectos.

Merece destaque neste domínio a possibilidade de serem onerados os bens da concessão em garantia de contratos de financiamento “desde que não seja comprometida a continuidade da exploração do Centro Electroprodutor”, a possibilidade de pagamento em moeda estrangeira e o mecanismo de “take-or-pay” nos casos de não entrega de energia à rede por razões técnicas não imputáveis ao produtor. Igualmente importante é a possibilidade de atribuição de novas concessões por intermédio de negociação directa em “situações de carácter excepcional” e a maior abertura a propostas não solicitadas.

Noutro plano, mas igualmente merecedor de nota de destaque pela sua importância estratégica e potencial significativo, destaca-se o início dos estudos de viabilidade para a instalação de sistemas híbridos de produção de energia eléctrica que combinam a geração fotovoltaica com sistemas de armazenamento.

Faz saber que o recurso a este tipo de tecnologia apresenta-se como uma oportunidade interessante que permitirá dar resposta a alguns dos constrangimentos existentes, desde logo ao nível da rede de transporte.

O recurso a sistemas híbridos de geração e armazenamento com recurso a baterias de ião-lítio permitirá instalar centros electroprodutores em locais de difícil acesso ou sem ligação à rede e, ainda, sem o necessário (intensivo) investimento na instalação de linhas de ligação e transporte. A medida em análise possibilitará dar uma resposta imediata à necessidade de criação de centros electroprodutores dispersos pelo País, assegurando energia eléctrica produzida de forma ecológica.

“Ora, com a aprovação destas medidas e com o esperado aumento da instalação de novos centros electroprodutores, fica em aberto a possibilidade de serem desenvolvidas outras actividades e negócios associados à produção de energia. A título de exemplo, a possibilidade desses centros electroprodutores serem igualmente utilizados como sistemas de tratamento e purificação de água é uma realidade possível e que poderá traduzir uma mais-valia para o sector”.

Explica que o processo – que funciona através da combinação das células fotovoltaicas com um dispositivo de destilação por membrana de vários estágios (“solar PV panel-membrane distillation”) –, permite separar impurezas nas moléculas de água, com recurso ao calor. Este é gerado pelo aproveitamento do excesso de energia solar que se perde no processo de conversão eléctrica realizada nas placas fotovoltaicas e funciona como o elemento de destilação e purificação da água, seja esta salgada ou de locais contaminados.

“Se, por um lado, o desenvolvimento tecnológico poderá assim permitir novos negócios assentes na sustentabilidade e eficiência energéticas, unindo actividades que de outro modo estariam dispersas e sujeitas a maiores esforços de investimento, por outro, essa possibilidade de “venda cruzada” e de criação de condições para o surgimento de novos negócios dependente da uniformização de diferentes regimes jurídicos – in casu, o da produção de energia eléctrica com a quele constante da Lei das Águas –, uma tarefa que se mostra não só possível como até desejável como mais um elemento incentivador à transição energética mas também como uma oportunidade de negócio” conclui. ■

Inflação

Em Agosto mais alta

O Índice de Preços no Consumidor Nacional (IPCN), que mede a inflação, ascendeu 2,13 por cento em Agosto, uma aceleração de 0,03 por cento face a Julho, de acordo com números divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) que atribuem a evolução aos aumentos ocorridos na classe “Alimentação e Bebidas Não Alcoólicas”.



João Baptista Borges, Ministro da Energia e Águas

“A visão de longo prazo (Angola Energia 2025) ajudar-nos-á sem dúvida a tomar decisões mais firmes no presente, mas acima de tudo a construir um futuro melhor para Angola”.
Constituindo a energia hidroeléctrica a principal aposta em termos de geração importa tomar desde já as opções para 2025 e iniciar o lançamento dos projectos, ponderando a competitividade, o desenvolvimento regional e o ambiente.

Ana Sofia Roque, Membro da Miranda Alliance

“É fundamental que ocorram investimentos na modernização e desenvolvimento das redes de transporte e distribuição de electricidade, essenciais para a injeção da electricidade produzida em projectos conectados à rede (on grid).
A aposta na produção de electricidade através de fontes de energia renovável revela-se uma opção segura para fazer face ao projectado aumento significativo das necessidades energéticas do País”.



Diamantino Pedro Azevedo, Ministro dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás

“Se deverá criar condições para que os investimentos na indústria de hidrocarbonetos continuem, olhando em simultâneo para as metas a serem atingidas neste aspecto da redução do carbono e a transição energética.
“Temos dado o nosso contributo e algumas questões de como esse trabalho tem sido feito foram já referidas por mim e posso dizer que continuaremos a trabalhar nesse sentido”.

Manuel Nunes Júnior, Ministro de estado para a coord. económica

“Fruto de investimentos e reformas legais o país alcançou uma produção de dois milhões de barris/dia em 2008”.
“Entre estas reformas a destacar as mais recentes ocorridas ainda no decurso da presente legislatura, foi a criação da Agência Nacional de Petróleo e Gás e Biocombustíveis (ANPG) que é a nova concessionária nacional e a nova reguladora do segmento upstream, e também o Instituto Regulador dos derivados de Petróleo (IRDP)”.



José Barroso, Secretário de Estado dos Petróleos

“Estamos a dar os pequenos passos para depois termos capacidade de elaborar uma estratégia que seja sustentável, a Sonangol, criou uma estratégia de negócios de gás e energia, no desenvolvimento de soluções viradas para energias limpas.
“Alguns países da Europa, começam a deixar de produzir carros à gasolina e gasóleo, o que vai exigir empenho nos programas e projectos de refinação, para que o país tenha capacidade com vista a manter o seu parque automóvel”.

Sara Castelo Branco, Membro da Miranda Alliance

“Angola terá de se aproximar das melhores práticas internacionais, sem que tal signifique descurar os seus princípios e interesses nacionais. Adequar as práticas internas, mas reconhecendo as práticas internacionais, adoptando-as e adaptando-as, sempre que o interesse nacional assim o imponha”.

